

# PARAHYBA

INFORMATIVO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA - IPHAEP

João Pessoa/PB - 2017- Ano II - Nº 02



## ESPAÇO DE RESISTÊNCIA

**Alagoa Grande: História marcada pela  
luta e cultura do povo**



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
Ricardo Vieira Coutinho

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DA PARAÍBA  
Ana Lígia Costa Feliciano

SECRETARIA ESTADUAL DE CULTURA  
Lau Siqueira

DIRETORIA EXECUTIVA DO IPHAEP  
Cassandra Figueiredo Dias

## CORPO TÉCNICO E APOIO

### Assessoria da Direção

Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire  
Ovidio Lopes de Mendonça

### Coordenadoria Administrativa/Financeira

Maria Fátima Cavalcante Lopes  
Danielle Kelly Brito da Silva  
Francisca Liete Ferreira  
Francisco Assis dos Santos  
Lucinaldo Lins de Castro  
Maria do Socorro de Melo Vieira  
Maria Lucinda Pires  
Priscilla dos Anjos Régis  
Sharlyne Nunes Pereira

### Coordenadoria de Arquitetura e Ecologia

Gabriela Pontes Monteiro  
Aníbal Victor de Lima e Moura Neto  
Artur Medeiros Veiga Rodrigues  
Carlos Alberto Farias de Azevedo  
Gúbio Mariz Timóteo de Sousa  
Javana Garcia da Silva  
Luiz Carlos Kerhle  
Perlla de Almeida Góis  
Rosane Coutinho Pereira Lacet  
Sérgio Prado Machado

### Coordenadoria de Assuntos Históricos, Artísticos e Culturais

Márcia de Albuquerque Alves  
Edvaldo da Cunha Lira  
Jefferson Fernandes Dantas

### Assessoria Jurídica

Werton S. da Costa Júnior

### Assessoria de Comunicação

Thamara Maria Maia Duarte

### Apoio

Alcides do Nascimento Bezerra

## Colaboradores

**HISTÓRIA** - Márcia de Albuquerque Alves

**PERSONALIDADE** - Thamara Duarte

**ARQUITETURA** - Gúbio Timóteo Mariz de Souza

**MEMÓRIA** - Jefferson Fernandes Dantas

**ECONOMIA** - Edvaldo Lira

**ARTE & CULTURA** - Cassandra Figueiredo Dias

**LEGISLAÇÃO** - Perlla Góis

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL** - Márcia de Albuquerque Alves

**CRÔNICA** - Carlos Alberto Azevedo

**CULTURA** - Rosane Lacet

**DIREÇÃO** - Márcia de Albuquerque Alves

**JORNALISTA E REVISORA** - Thamara Duarte (DRT/PB-550/85)

**PARCERIA DE PRODUÇÃO** - Loteria do Estado da Paraíba

O Informativo **Parahyba** é uma iniciativa do Governo do Estado, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba. Sua finalidade é divulgar assuntos e ações relacionadas à preservação, conservação e restauração dos bens culturais e patrimoniais, a proteção dos Centros Históricos e a salvaguarda de bens móveis e imóveis dos municípios.

Com o compromisso de estreitar os laços com a sociedade paraibana, o Iphaep utiliza-se da Educação Patrimonial, por meio da Legislação, da História e da Arquitetura, promovendo o conhecimento e a conscientização social.

Uma ótima leitura!

## O que você vai encontrar?

Alagoa Grande: patrimônio histórico, artístico e cultural da Paraíba, 03  
**História**

Morte e vida Margarida: a saga da líder do Sindicato Rural, 05  
**Personalidade**

Diário de bordo: memória e patrimônio em Alagoa Grande, 07  
**Arquitetura**

Uma cidade cheia de recordações e escritos, 10  
**Memória**

Um pouco da economia e cultura de Alagoa Grande, 12  
**Economia**

Margarida: a história em cena, 13  
**Arte & Cultura**

Legislação para áreas históricas, 14  
**Legislação**

Ver, enxergar e valorizar: uma questão de identidade, 15  
**Educação Patrimonial**

Padre, Viúva & Cupim, 16  
**Crônica**

Theatro Santa Ignêz: descortinando a sua história, 17  
**Cultura**

Atividades do Iphaep, 19  
**Fique ligado!**

Espaço LOTEPE, 20

## Alagoa Grande: patrimônio histórico, artístico e cultural da Paraíba



Centro Histórico de Alagoa Grande - Paraíba  
Fonte: IPHAEP

Alagoa Grande, é em sua essência, um espaço de resistência, luta e força. Berço da arte, cultura e história, esse município centenário teve origem nas terras conhecidas como “Sertão do Paó”, em cujas proximidades teriam habitado indígenas Cariris no início do século XVIII. A conquista do território se deu por meio de entradas procedentes do Litoral e do Sertão. A partir de então, foram instaladas, em 1620, as primeiras casas e fazendas à margem da Lagoa do Paó, que daria nome ao município.

Ainda na segunda metade do século XVIII, o núcleo foi consolidado, com as concessões de terras dadas a Domingos da Rocha e Isidoro Pereira Jardim, os dois primeiros proprietários e considerados os fundadores do município. No entanto, embora povoada desde 1847, o Distrito surgiu apenas em 1861, tendo como padroeira Nossa Senhora da Boa Viagem. Em 1864 se desmembrou da cidade de Areia. Em 1865 foi instalada como Vila, mas apenas em 27 de março de 1908, foi elevada à categoria de cidade de Alagoa Grande.

A cidade preservou, ao longo dos anos, características originais do período Colonial na Paraíba, o que lhe permitiu ter o seu Centro Histórico delimitado e protegido desde 2002, por meio do Decreto n.º 23.551. Atualmente, o município faz parte de um conjunto de Centros Históricos protegidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - Iphaep, por conservar sua memória edificada, permitindo que atuais e futuras gerações tenham acesso à sua História, marcada pela luta e resistência do seu povo. Atuante em relação à História da Paraíba, o município fez parte da conhecida **Revolta do Quebra-Quilos (1874-1875)**.

Economicamente, a região se destacou no século XIX não diferente de outros municípios do Estado, visto que se desenvolveu por meio da agricultura baseada na cana-de-açúcar e mão de obra escrava, deixando as marcas da opulência dessa época nos casarões coloniais no Centro da cidade.

A **chegada da ferrovia** é um marco do desenvolvimento da cidade, impulsionando o crescimento econômico. Outro ponto de destaque foi a instalação da **Usina Tanques**, que contribuiu economicamente ao aumentar a produção dos derivados da cana de açúcar. A partir do momento que a economia crescia, os seus registros se fizeram presentes, nos casarões que simbolizam a grandeza do município e constituem a formação da cidade. Dentre as construções imponentes, destacamos: a **Igreja Matriz de Nossa Senhora de Boa Viagem** e o **Teatro Santa Ignez**, o terceiro mais antigo da Paraíba. A **Escadaria do Cruzeiro do Sul** é mais um dos inúmeros patrimônios culturais do município, visto que no alto da escadaria é possível contemplar a cidade. Para além do patrimônio edificado, material, de pedra e cal, Alagoa Grande é um espaço de personalidades como a sindicalista **Margarida Maria Alves** e o músico **Jackson do Pandeiro**, ícones da história de luta e resistência social e política.

Alagoa Grande destaca-se com belezas naturais, artísticas e culturais, proporcionando ao município um grande potencial turístico histórico e ecológico. Dessa forma, integra, a **Rota Cultural Caminhos do Frio**. Além de um clima agradável, contempla seus visitantes com cultura, artesanato, gastronomia e pontos turísticos, como a Casa de Margarida Maria Alves, a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Boa Viagem, o Engenho da Cachaça Volúpia, Memorial Jackson do Pandeiro, Teatro Santa Ignez, Subida ao Cruzeiro de Alagoa Grande e Monumento Jackson do Pandeiro.

### **Caiana dos Crioulos: uma história de resistência**

Com área de aproximadamente 646 hectares, foi reconhecida e declarada como terras **Remanescentes de Quilombo Caiana dos Crioulos**, se constituindo como uma das comunidades mais conhecidas da Paraíba. A comunidade mantém viva as tradições herdadas de seus antepassados e preserva vários traços de sua cultura e história. Entre as manifestações estão o coco de roda e a ciranda. Desde a década de 1940, a comunidade era conhecida pela banda de pífano que animava as festas de Alagoa Grande.

A origem de Caiana não é clara. Alguns autores afirmam que a população descenderia de escravizados africanos que se instalaram na região entre os séculos XVIII e XIX. Algumas narrativas apontam que se fixaram nas terras de Alagoa Grande quando a campanha abolicionista de Areia facilitou a fuga de muitos escravizados. Outros narram que a origem da comunidade se dá pela chegada de negros fugidos do massacre do Quilombo dos Palmares, o que justificaria a existência da localidade denominada Zumbi nas proximidades de Alagoa Grande. Outros ainda afirmam que a origem de Caiana está relacionada a um povo que veio do Cariri. Enfim, não se sabe ao certo a origem, sabemos apenas que há mais de um século o grupo está estabelecido no local.

De acordo com o Incra a população de Caiana é de 1500 indivíduos, distribuídos em 450 famílias. As organizações familiares são de base nuclear, sendo comum um grande número de filhos. O papel feminino é bastante relevante e a base econômica é a agricultura. No entanto, é válido destacar que a existência e manutenção da comunidade se configura como um espaço de memória social relevante para a História de Alagoa Grande, e, conseqüentemente, da Paraíba.

## Morte e vida Margarida: a saga da líder do Sindicato Rural



Margarida Maria Alves: sem medo de morrer  
Fonte: Fundação Margarida Maria Alves

**E**ra final da tarde do dia 12 de agosto de 1983 quando Margarida Maria Alves foi atingida por uma escopeta, calibre 12. Um único tiro estraçalhou seu rosto, atingiu seu cérebro e lhe tirou a vida. Primeira mulher a presidir o Sindicato de Trabalhadoras Rurais de Alagoa Grande, era conhecida pelo estilo bonachão e o sorriso que iluminava os olhos. Também era uma referência sindical em todo o Brasil, quando defendia, com veemência, os agricultores sem terra e seus direitos negados: a aposentadoria, o salário justo, a jornada de 8 horas diárias e as férias. Em 12 anos frente ao Sindicato, Margarida Maria Alves tinha sido responsável por centenas de ações junto ao Ministério do Trabalho, sendo que muitos deles resultaram em conquistas, até então inéditas, para os agricultores que viviam nos grandes latifúndios da região do Brejo paraibano.

Ela não se dobrava, nem mesmo, às inúmeras ameaças de morte que vinha sofrendo por parte dos latifundiários do Grupo da Várzea. Alguns meses antes do seu assassinato, naquele mesmo ano de 1983, a líder esteve em Sapé (terra de João Pedro Teixeira). Durante a comemoração do 1º de Maio, pronunciou um discurso contundente: “Eles não querem que vocês venham à sede porque eles estão com medo, estão com medo da nossa organização, estão com medo da nossa união, porque eles sabem que podem cair oito ou dez pessoas, mas jamais cairão todos diante da luta por aquilo que é de direito devido ao trabalhador rural, que vive marginalizado debaixo dos pés deles”.

Antes de terminar, disse algumas palavras que marcariam sua saga para muito além da morte... Com a voz firme e sem demonstrar qualquer sinal de medo, revelou: “É melhor morrer na luta do que morrer de fome”. Tantos anos depois, a frase permanece na memória afetiva dos cidadãos de Alagoa Grande e pode ser vista na fachada da casa onde ela morava, com o marido e o filho (um menino de 8 anos), que foram testemunhas oculares da abordagem dos pistoleiros. Segundo eles, os homens desceram do Opala, perguntaram por ela e nem esperaram pela confirmação da sua pessoa: a mataram friamente.

Após o crime, entraram rapidamente no carro e fugiram em direção desconhecida. Os assassinos tentaram impedir a elucidação do crime, mas, durante o Inquérito Policial, chegaram a ser identificados. O Ministério Público Estadual também apresentou os mandantes: o usineiro Agnaldo Veloso Borges, proprietário da Usina Tanques; e seu genro, José Buarque de Gusmão Neto, conhecido como Zito Buarque. O assassinato foi levado, ainda, ao conhecimento da ONU, através da Corte Internacional de Direitos Humanos, e recebeu ampla cobertura dos jornais paraibanos em circulação na época – inclusive o oficial **A União** -, além da imprensa nacional e estrangeira, que repercutiram o caso. Até hoje, porém, às vésperas de completar 35 anos, ninguém chegou a ser condenado por matar Margarida Maria Alves.

### Recortes de um passado recente

Embora tenha estudado, Margarida Maria Alves protagonizou, nos primeiros anos de vida, uma história comum às mulheres agricultoras da região. Somente iniciou sua militância política quando se aproximou da Igreja Católica, através do Grupo de Cultura da Paróquia, e conheceu a possibilidade do empoderamento do sujeito, defendido pela Teologia da Libertação. Até sua morte, guardou essas lições e utilizou-as na *práxis* social. Durante mais de uma década (mais exatamente por 12 anos, entre 1971 e 1983) ficou conhecida pela firmeza de suas ações junto à presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Ela costumava dizer: “Da luta eu não fujo”.

Quem quiser conhecer a história da morte e da vida da sindicalista de Alagoa Grande tem um endereço certo: a casa onde ela morou e onde foi assassinada. Ali em diversos cômodos estão os objetos pessoais (como os óculos, a bata branca que sempre vestia, o bernal onde carregava os alimentos e alguns dos instrumentos utilizados na agricultura, além das chaves do Sindicato). Também estão expostos reproduções de artigos jornalísticos, livros e filmes, além de mobiliários. O mais fascinante, contudo, é o acervo das incontáveis fotos. São retratos, em colorido ou em preto & branco, da cidadã de Alagoa Grande, cuja vida e morte são conhecidas pelo mundo afora...

Adentrar naquele ambiente é (re)viver um capítulo marcante de um tempo de exceção, onde o Brasil era dominado pelo regime militar e no qual eram negados os direitos humanos e a dignidade da pessoa humana. É sentir uma emoção profunda e perceber que Margarida não morreu. Através da preservação do endereço da líder sindical do Brejo paraibano, ela permanece viva: na memória dos habitantes de Alagoa Grande e de todos os seus visitantes.

No século XXI, a luta de Margarida Maria Alves é um importante referencial histórico e memorialístico. O troféu “Margarida de Prata” é nome da premiação anual de cinema da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, enquanto que a Marcha das Margaridas reúne, todos os anos, em Brasília, milhares de excluídos.

Uma flor que ainda germina no campo, a história de Margarida Maria Alves permanece dando frutos. A história está presente na vida de todos aqueles que exercitam a cidadania plena. A vida e a morte da líder sindical de Alagoa Grande cativa o coração, alimenta a alma e incentiva para que homens e mulheres, de todas as idades, defendam um Brasil democrático e uma justa ocupação da terra.

## O gingado e o ritmo do Mestre Jackson do Pandeiro

Toda musicalidade do mundo foi possível para Jackson do Pandeiro. O cidadão de Alagoa Grande muito cedo mudou para o Rio de Janeiro, conquistou o Brasil e jamais saiu da lista dos grandes nomes da Música Popular Brasileira. Com um gingado marcante e um ritmo inesquecível, teve no pandeiro seu mais fiel companheiro. O instrumento havia sido um presente que ganhou quando ainda era criança, de sua mãe, uma cantadora de coco. Foi com ele que o artista levou a comadre Sebastiana pra dançar, disse que a ema gemeu e misturou o chiclete com a banana.

Original em sua musicalidade, José Gomes Filho (seu nome de batismo) foi reverenciado por Gilberto Gil, Caetano Veloso e até pelo mestre do baião Luiz “Lua” Gonzaga. E, muito embora já tenham se passado 35 anos da sua morte - quando teve uma embolia pulmonar, com apenas 63 anos -, ele continua sendo aclamado por artistas e públicos de todas as gerações.

Em vida, Jackson nunca esqueceu, porém, de Alagoa Grande. Em entrevistas e nos programas que participava, fazia questão de lembrar que ali estava a sua raiz, a cidade onde nasceu em 1919 e na qual viveu até os 13 anos. Quando perdeu o pai, mudou-se com a mãe e os outros irmãos para Campina Grande. Na Serra da Borborema, o menino pobre apaixonou-se pela arte dos emboladores e cantadores de feira, passou a frequentar o cinema (especialmente as sessões de faroeste) e mudou o nome passando a ser conhecido como “Jack”.

Passou, então, por João Pessoa e pela Rádio Tabajara, chegando, depois, ao Recife, onde foi trabalhar na Rádio Jornal do Comércio. Rebatizado como “Jackson”, aos 35 anos, gravou o primeiro sucesso: “Sebastiana”, de Rosil Cavalcanti, e fez um enorme sucesso! Na capital pernambucana, conheceu a grande parceira da vida e da arte: a cantora e dançarina Almira Castilho. Com ela, foi casado por mais de 10 anos e gravou seus maiores sucessos. Quem não lembra, por exemplo, da malemolência da dupla em “O Canto da Ema”?

Toda essa história está eternizada em centenas de discos, fotos, prêmios e até os seus restos mortais do artista. São objetos de valor imensurável e que se encontram reunidos numa casa pintada de azul, em Alagoa Grande. A exemplo da Casa de Margarida Maria Alves, o Memorial Jackson do Pandeiro é um importante lugar de visitação e de resgate da memória da cidade. Foi montada pela Prefeitura local e teve assessoria do jornalista e biógrafo Fernando Moura. O livro ‘Jackson do Pandeiro: O Rei do Ritmo’ foi escrito em parceria com Antônio Vicente. Neles, os autores realizaram uma exaustiva pesquisa e revelaram todos os detalhes da fascinante história do menino pobre, que se tornou num dos grandes nomes da MPB.

Quanto à receita do sucesso de Jackson do Pandeiro, não é preciso ir muito longe... Basta lembrar que ele foi único, tinha um gingado diferente e misturava o coco com o baião, o forró e o samba. Ainda hoje, ao ouvi-lo, é impossível alguém ficar parado no salão...



Memorial Jackson do Pandeiro preserva a fascinante história do menino pobre que se tornou um dos grandes nomes da MPB. **Fonte:** Acervo Pessoal.

## Diário de bordo: memória e patrimônio em Alagoa Grande

### VIAGEM: UM RELATO, UMA HISTÓRIA

O relato de um viajante pode ser uma fonte rica de informação. Largamente utilizada pela História, as descrições podem focar diversos aspectos: sobre o lugar, a natureza, a economia, a política, os habitantes e seu cotidiano, o próprio relator, entre outras abordagens.

Alguns estudiosos são céticos quanto à veracidade dos relatos apresentados nas viagens. A própria flexibilidade da narrativa e da memória do viajante transparece essa percepção. Sobre isso, o professor de História Temístocles César, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, comenta que o relato de viagem é um gênero literário sem lei. [...] Contudo, mesmo sendo uma narração fugidia que resiste a toda descrição minuciosa que não seja uma simples taxonomia de seus conteúdos, a versatilidade do texto que narra uma viagem se manifesta através de uma certa liberdade formal e de uma plasticidade que o tornam adaptável a numerosas sociedades.

Existem várias formatações discursivas de um relatório, como, por exemplo, um diário, uma autobiografia ou um ensaio etnográfico, ou mesmo um relato sobre relatos de outrora do próprio autor (relato retrospectivo). Este último é bem próximo ao que vou apresentar ao leitor.

A aproximação entre leitor e coisa descrita é mais forte num relato de uma viagem, ou seja, a conexão é mais sensorial e literária no relato do viajante do que uma análise acadêmica – principalmente por se tratar de uma fonte que viu o que descreve e experimentou o que viu.

Vale salientar que essa sensação de quem presencia algo está provando a verdade absoluta é questionável. O viajante nada mais é que um ponto de vista, um exercício de memória, e, os leitores, seus olhos.

Em seguida, transcrevo um relatório de viagem realizado em 14 de Novembro de 2009 à cidade de Alagoa Grande, Paraíba. No relato estão não apenas minhas percepções, como estudante na época, como também recheios de dados históricos oferecidos pelo “guia” na ocasião, o professor José Avelar, bem como meu próprio modo de ver e vivenciar a cidade.

### EU, TU E A CIDADE

Logo na entrada um pandeiro anunciava o tinha por vir. Antes mesmo de vermos qualquer coisa, a cidade se mostrou para gente de forma irregular, com ladeiras e descidas. A cidade subia pelos morros elevados; em cima de um deles, uma cruz estava cravada e em frente a ela havia uma rua que descia sinuosa como um rio fraco ladeira abaixo.

Forjamos marcos mais notáveis à distância, mas outros estavam por vir. O primeiro deles foi a Lagoa do Pão, que dá nome à cidade – Alagoa Grande. Ela possui algo como uma represa, que a torna um elemento há muito incorporado pela cidade. Conectado à essa represa, está um canal que, pelo que entendemos, teria a função de escape em época de cheia da Lagoa.



Marco de entrada da Cidade de Alagoa Grande: o pandeiro em homenagem a José Gomes Filho, o Jackson do Pandeiro. Fonte: IPHAEP



Lagoa do Paó, que dá nome à cidade. Fonte: IPHAEP

Nosso guia, o prof. José Avelar, deu um pista da localização da cidade: 70% Agreste e 30% Brejo. E nos informa do infeliz processo de desertificação que começa a atingir estes 30% devido às mudanças no clima. Essa área menor era a responsável pela maior parte da economia à época – do engenho (áreas de plantação de cana) aos ainda persistentes cultivos de algodão e sisal.

A Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem se mostra estrategicamente posicionada em um local elevado. A área a sua frente é formada por uma praça e as casas – do séc. XIX – no perímetro (bem ornamentadas, algumas com azulejos portugueses). Essas casas parecem ter pertencido às pessoas mais abastadas da cidade. No centro desta praça está localizada uma unidade dos Correios. Por seu estilo (Art Déco), empregado por esse serviço federal, há uma semelhança com outros correios da mesma época (aprox. 1930/1940). Sabe-se que esse período coincide com a chegada da modernização na Paraíba. Dessa forma, a tão falada – pelo prof. José Avelar – ferrovia, outro indício de modernidade, foi provavelmente do mesmo período.

Percebe-se que a Igreja está bem instalada no centro da cidade. Na fachada, há a inscrição “1862”. A praça é também próxima da feira – que, na memória de alguns, e registrada por fotos, era um grande mercado – que hoje funciona ao ar livre.

O teatro Santa Ignêz também se encontra no perímetro e ratifica a força daquele local como o mais central e abastado, pelo menos anteriormente. O interior do teatro foi restaurado e a pintura acima do palco foi mantida. A situação do teatro era precária. Além do apodrecimento da madeira original, houve a leva de outros elementos do teatro, pelos moradores de rua que chegaram a usar o espaço como abrigo. Chegou também a ser utilizado como cinema e até estábulo. Durante a reforma foi acrescentada uma praça interna ao teatro.

O teatro recebeu ainda em 1905 (época de sua inauguração) uma companhia teatral francesa, vinda ao Brasil para fazer três apresentações exclusivas em Pelotas, São Luís e no Rio de Janeiro. Contudo, acabou por encaixar uma apresentação no Teatro Santa Ignêz. José Avelar atribui essa possibilidade às ferrovias que ligavam pontos importantes: do Litoral à cidade de Alagoa Grande.

Um desses pontos de conexão ferroviária era a cidade de Mamanguape, uma importante ligação comercial. O trem expandiu, portanto, não apenas o círculo comercial, mas também o cultural. Falou-se também do declínio de Areia pela impossibilidade do trem subir a serra.

O local e as edificações citadas parecem ser bem mantidos, uma vez que a pintura parece ser recente. Infelizmente, não tivemos tempo para ver o interior de cada uma das edificações.



Localização de Alagoa Grande no Estado Paraibano.

Fonte: Domínio Público



Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem. Fonte: IPHAEP



Casas ornamentadas do séc. XIX. Fonte: IPHAEP



Correios: sua implantação é indício da chegada do progresso nas décadas de 1930/40. Fonte: IPHAEP



Teatro Santa Ignêz. Fonte: IPHAEP



Praça construída posteriormente. Fonte: IPHAEP



No entanto, a Igreja e o Memorial Jackson do Pandeiro estão bem conservados por dentro e por fora – talvez pela importância que têm na cidade.

O Memorial Jackson do Pandeiro é um desses lugares de preservação da cultura/história local. Além de preservar seus discos, fotos, rascunhos de música, roupas e acessórios de Almira Castilho e José Gomes Filho – e também a própria edificação -, o lugar preserva a memória desse artista como Rei do Ritmo. Por mais que os discos toquem ainda sua música, a maestria com que brinca com o ritmo também pode ser percebida no vídeo de apresentação do Memorial. Desse bem imaterial se tem pouco registro. O lugar abriga ainda os ossos de Jacson do Pandeiro.

Outro local visitado, de forma rápida, foi a casa da líder sindical Margarida Maria Alves, assassinada pela a mão armada do latifúndio em 1983. Margarida tornou-se símbolo da luta dos camponeses contra a opressão latifundiária e até hoje o assassinato continua impune.

Em relação aos habitantes do lugar como um todo, percebemos alunos de escola na praça e na Igreja Matriz de Alagoa Grande (talvez para uma aula sobre a cidade), senhores e senhoras na praça, pessoas sentadas nas cadeiras e conversando ao redor da Lagoa (na calçada que a envolve): uma das expressões fortes da nossa cultura. É algo cultural e espontâneo, que a violência da cidade já quase destruiu por completo.

Os feirantes também formam um grupo social expressivo. A feira está sucateada, como mesmo afirmou José Avelar, e o que antes foi fonte econômica rica na cidade – o mercado.

O relato seguiu um roteiro pré-determinado, além de informações adicionais oferecidas pelo professor que nos acompanhou na ocasião.

Como percebido, muitos são os vieses que podemos perceber durante uma viagem/retrato: aspectos sociais, culturais, naturais, entre outros. Nosso próximo passo é perceber esse potencial e fazer o melhor uso dele no trabalho com ensino do patrimônio.



Memorial Jackson do Pandeiro. Fonte: IPHAEP



Casa Margarida Maria Alves. Fonte: IPHAEP



Feira livre de Alagoa Grande. Fonte: IPHAEP

## Para além das potencialidades: a sensação de pertencimento

Se o relato já causa uma impressão do real sobre o leitor, o impacto que a visita a um local provoca é um passo além. A apreensão pessoal dos diversos detalhes in loco ativa uma sensação de “pertencimento”. Algumas metodologias de ensino trabalham a memória e o patrimônio, como a Educação Patrimonial e o Estudo do Meio, mediando os “lugares de memória” e os alunos – como no caso do relato apresentado.

Alguns aspectos nos ajudam a perceber as potencialidades das viagens e seus relatos como exercício de memória e pertencimento quanto ao senso de História e comunidade local, que podem e devem ser explorados em ensino do patrimônio. A saber: Compreender e problematizar os locais e monumentos de importância da cidade, bem como os fenômenos sociais e os hábitos que apontam para o patrimônio imaterial; Vivenciar os monumentos, interagir com as pessoas locais (aprender com a memória dos mesmos – história oral), percorrer os locais de forma planejada e apreciativa; Perceber sociabilidades, o cotidiano, o modo de vida e costumes locais. Há uma infinidade de análises transversais (linguagem, vestimentas, culinária, entre outros pontos) apreensíveis; Potencializar o hábito da investigação. A ida aos lugares deve ser estimulada com pesquisa e embasamento teórico, que auxiliarão na interpretação coerente dos espaços e seus usos, das obras de arte/arquitetura e hábitos locais.

Desde a última visita a Alagoa Grande, há quase oito anos, as apreensões sobre a cidade são mais vívidas do que outras as quais apenas “visitei” através da leitura. Outro ponto importante a salientar é que, dentre as leituras, as de relato de viajante são as que, possivelmente, despertam nossas sensibilidades sobre o lugar. Como descreveu muito bem nosso “guia” teórico desta viagem: o fato de os relatos funcionarem ora como suporte de sonhos e ilusões, ora como guias de ação, não lhes subtrai, entretanto, o valor cognitivo, ou o efeito de real que eles provocam no leitor.

## Uma cidade cheia de recordações e escritos...

*Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória” (LE GOFF, Jacques. 1990. História e Memória).*



Registros do Memorial Margarida Maria Alves e Memorial Jackson do Pandeiro

Fonte: IPHAEP

**A**lagoa Grande levou esse nome devido ao seu nascedouro, às margens de uma enorme Lagoa. A cidade traz histórias e momentos que são retratados Brasil “a fora”. É bom lembrar de José Gomes Filho (nacionalmente conhecido por Jackson do Pandeiro), Margarida Maria Alves e Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo... Nascidos em Alagoa Grande, eles se debruçaram naquilo que acreditavam, açaram vãos encantadores e, como consequência, tiveram/têm seus nomes destacados com significativa importância.



Homenagens à Margarida Maria Alves no Memorial

Fonte: IPHAEP

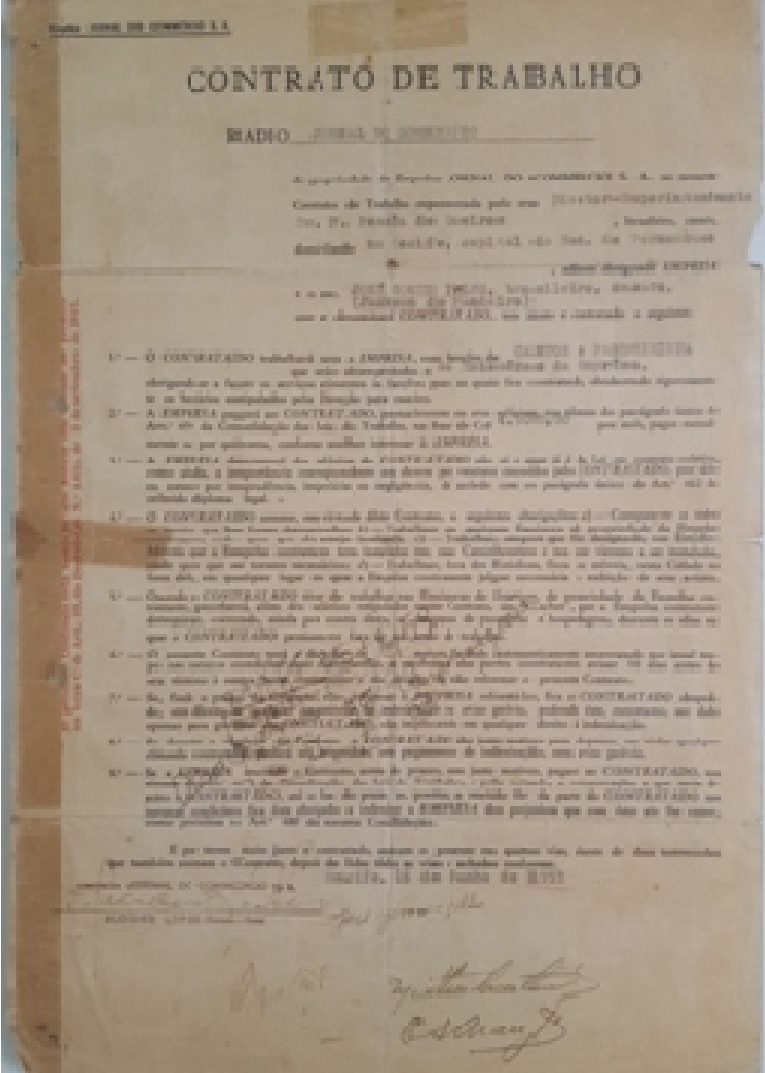
Personalidades como Margarida Maria Alves e Jackson do Pandeiro têm suas vidas cruzadas com a história de Alagoa Grande. Ela, por suas lutas pela igualdade trabalhista frente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande. Ele, mesmo tendo deixado a cidade e se fixado no Rio de Janeiro, por carregar um pandeiro e um gingado diferente e proporcionar alegria para muitos brasileiros e, até mesmo, estrangeiros.

No entanto, a moradora do imóvel número 624, da Rua Olinda, nunca saiu de Alagoa Grande, mas foi teve sua trajetória marcada por lutas e vitórias.

Margarida Maria Alves teve grande participação nos movimentos sindicais, lutando pelas causas trabalhistas. Hoje, tantos anos após ter sido assassinada, a militante ainda é lembrada e tem sua história contada por reportagens e artefatos expostos em sua antiga residência, onde atualmente funciona o Memorial Margarida Maria Alves, que é aberto ao público.

Caminhando por Alagoa Grande encontramos uma outra edificação também histórica, onde são preservados objetos da vida do alagoano Jackson do Pandeiro. Localizado na Rua Apolônio Zenaide, 687, o Memorial nos faz conhecer sua vida. A ambientação é composta por discos, documentos, vestuários, fotografias, recortes de jornais, que nos fazem voltar ao tempo. Podemos, inclusive, encontrar o Contrato de Trabalho entre a Empresa Jornal do Comércio e o Sr José Gomes Filho (Jackson do Pandeiro), assinado em 16 de Junho de 1953, na cidade de Recife-PE.

Retratamos dois lugares de memória existentes em Alagoa Grande. No entanto, muitos outros são contribuintes para a formação de lugares de memória, os momentos vivenciados, as histórias perpassadas ao longo do tempo, que solidificam a identidade de um povo e fazem com que a história não morra. São registros, nas suas diversas formas e formatos, considerados como grandes propagadores da memória do povo de Alagoa Grande



Primeiro contrato de Trabalho de Jackson do Pandeiro é visto no Memorial  
Fonte: IPHAEP

**Fonte da Memória local**

Na cidade, quando se fala em pessoas como fonte de conhecimento acerca da história local, é unânime que os moradores citem o historiador e alagoagrandense José Avelar Freire, autor do livro "Alagoa Grande: sua história de 1625 a 2000".

Em Alagoa Grande é assim: pessoas, prédios e lugares perpetuam a cidade. São muitas memórias e histórias, de quase 500 anos, para se contar às atuais e às futuras gerações.

## Um pouco da economia e da cultura de Alagoa Grande



Feira de Artesanato de Alagoa Grande/PB

Fonte: Plataforma digital da Prefeitura Municipal de Alagoa Grande. 2017.

**S**egundo levantamentos coletados pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Alagoa Grande é terra de grandes personalidades, que marcaram (e marcam até hoje) a cultura do povo paraibano, expressas nas letras e na voz de Jackson do Pandeiro, e na resistência política e obstinada de Margarida Maria Alves.

É também de Alagoa Grande o terceiro mais antigo teatro do estado, o Santa Ignez, que muito contribuiu para a cultura local e da Paraíba. Aliás, o portal de entrada da cidade é uma justa homenagem a um dos seus filhos maiores, ligado à área cultural: o excepcional Jackson do Pandeiro. Ao nos depararmos com o Memorial, onde a história de Jackson do Pandeiro é mais bem contada, observamos a presença de inúmeras matérias de jornais e revistas, como também de peças de roupas do artista.

O Memorial está localizado onde era sua casa. Lá chegando, um guia irá contar todo o caminho de Jackson até o sucesso. Consta ainda no Memorial um vídeo, onde o visitante assiste a momentos marcantes da carreira do cantor e compositor.

Por outro lado, podemos acompanhar também em Alagoa Grande a resistência camponesa, na luta pela terra e pela produção, na vida de Margarida Maria Alves. A líder sindical se destacou na defesa dos trabalhadores rurais da região e, visitando o museu que leva o seu nome, é possível consultar fotos, documentos e roupas da famosa líder sindical, assassinada cruelmente na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais.

Além de tudo isso, o visitante deve separar um tempo para visitar o Salão de Artesanato da cidade, bem como o Quilombo Caiana dos Crioulos, onde também irá encontrar ricas peças de artesanato quilombola. Caso chegue no inverno, uma dica é a rota cultural “Caminhos do Frio”, promovido pelo Sebrae/PB em parceria com a prefeitura da cidade. Como bem lembra o folder do evento, “Alagoa Grande te abraçará de tal forma aconchegante que nenhum turista sentirá tanto frio assim, ao contrário, receberá boas vindas com um excepcional calor humano, típico da cidade”.

## Margarida: a história em cena



Peça teatral «Margarida Viva»  
Fonte: IPHAEP

**O** ano era 1983, o lugar Alagoa Grande, Brejo paraibano, cuja história tem como referência a força e luta de Margarida Maria Alves, uma mulher que ousou enfrentar os interesses dos poderosos, na luta pelos direitos básicos dos trabalhadores rurais da sua cidade. A história se passa num período opressor, caracterizado ainda pela ditadura militar no Brasil.

A vida da primeira mulher sindicalista está sendo recontada em "Margarida Viva", pela Cia Mangai de Atividades Culturais de Alagoa Grande. O espetáculo, que tem a direção de Geostenys Melo, inicia por meio de um trabalho de pesquisa em que contextualiza o período da morte de Margarida e pergunta: O que se passava naquele período? Quais as principais notícias? Que contexto político social vivenciávamos?

A peça é composta por 4 atores: dois homens e duas mulheres, que se revezavam no papel da sindicalista, nos fazendo sentir que Margarida somos todos nós, quando lutamos pelos nossos direitos. A interação com o público em algumas cenas nos coloca fazendo parte delas.

A escolha do espaço cênico, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, se constitui como cenografia, espaço simples em sua apresentação, mas grandioso em sua representação. Lugar das reuniões, de falas memoráveis e lutas vividas, junto e na defesa do seu povo. O público participa do cenário e interage com os atores: seja participando de um simples convite a um café, ou à entrar na luta. Contudo, o espaço cênico pode ser adaptado a diversos espaços não convencionais.

Sentimo-nos instigados a atuar como protagonistas dessa história contra as injustiças ao trabalhador, lembradas em belíssimas atuações. Ao ouvir o grito de luta pelos direitos dos trabalhadores, percebi os mesmos conflitos na atualidade. Era como se estivesse no Teatro de Resistência, aquelas produções teatrais realizadas no período da Ditadura no Brasil, que levavam à cena falas que faziam refletir sobre a realidade daquele momento de exceção.

A história de Margarida, mãe, mulher e sindicalista está sendo contada, por vezes de maneira cômica, mas sem perder a força do drama, como na cena do ringue improvisado, representando as Lutas Camponesas X Latifundiários. Os rounds eram iniciados por meio das entradas e saídas de uma figura caricata de mulher sensual.

As músicas foram especialmente criadas para o espetáculo. Letras que contam histórias e reproduzem algumas falas da sindicalista, sendo cantadas e tocadas ao vivo, por músicos locais, para o deleite do público. Uma sintonia perfeita!

Percebi que rever a história de Margarida nos impulsiona a nunca fugir da luta. "Margarida Viva" é a história em cena, mostrando a resistência do teatro, enquanto arte, e a sua força enquanto ato político. Sempre!!!

Vale muito a pena conferir!

## Legislação para áreas Históricas



Alagoa Grande/PB  
Fonte: IPHAEP

O contexto de urbanização e crescimento das cidades históricas faz nascer uma preocupação em minimizar os impactos ambientais atrelados a tais ações. Ele resulta em uma legislação específica, para orientar e ordenar o desenvolvimento dessas áreas, com o intuito de preservar e garantir a devida manutenção dos bens considerados patrimônio cultural de um povo.

A medida busca evitar descaracterizações urbanísticas e paisagísticas, através do reconhecimento de área com vistas para o real potencial e controle do uso do solo; desestimular o mimetismo ou a construção de falsos históricos e prevenir mutilações e danos em um bem tombado.

A partir do cuidado com as intervenções nos imóveis e logradouros, e as condicionantes que norteiam o crescimento e a atualização dessas áreas, identificou-se a necessidade de se estabelecer áreas de entorno, com o intuito de evitar o isolamento das áreas centrais e promover uma amortização entre o antigo e o novo das cidades.

A criação destas áreas de entorno vem acompanhada do conceito de ambiência nas ações de preservação e conservação dos bens, como fator garantidor da harmonia entre as novas edificações e o patrimônio já edificado.

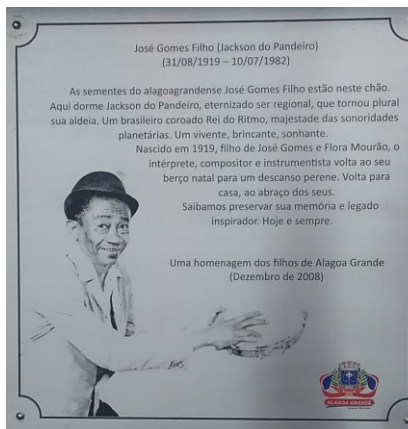
Em Sítios onde a topografia gere paisagens culturais, a quinta fachada das edificações, a conhecida coberta, também precisa ser adaptada à forma e material daquelas que são encontradas nos imóveis de valor reconhecido, evitando impactos negativos na paisagem antiga e preservando as perspectivas pitorescas e a ambiência desses espaços.

O Centro Histórico é o coração de uma cidade. É nele que se encontra edificado elementos representativos e significativos da trajetória de um povo. A utilização de seus edifícios e a incorporação de novas edificações, respeitando suas características particulares, é essencial para a manutenção e preservação da memória histórica.

Como lembra Le Goff, "a memória se mostra como um elemento essencial na construção de identidades institucionais, individuais e coletivas".

## Ver, enxergar e valorizar: uma questão de identidade

**V**er e enxergar, duas palavras, duas ações e duas percepções. Ver é o mesmo que olhar. Enxergar é o mesmo que ver, perceber e analisar que resulta em «ver além», compreender o que está além da primeira impressão. Uma das grandes questões da Educação Patrimonial é educar a sociedade para um olhar mais aguçado. Um olhar que possa enxergar além das ruínas. Um olhar que ultrapasse a linha do sorriso ou as marcas do tempo nas rachaduras. Observar a memória edificada é perceber a ação de homens e mulheres ao longo do tempo. É perceber que no espaço em que caminhamos, atualmente, outras gerações doaram sua criatividade, seu suor e seu amor pela arte, para que hoje pudéssemos, além de estar, sonhar.



Memorial Jackson do Pandeiro  
Fonte: IPHAEP



Casario do Centro Histórico de Alagoa Grande  
Fonte: IPHAEP



Margarida Maria Alves  
Fonte: IPHAEP

Três imagens e inúmeros sentidos. **Jackson** e a musicalidade negra. **Margarida** e a luta travada por direitos trabalhistas. **O conjunto urbanístico** e as características coloniais do nascedouro da cidade. Costumamos diferenciar o Patrimônio material do imaterial dizendo o seguinte: **o patrimônio material** é aquele que tocamos. Tal como exemplo estas edificações do conjunto urbanístico. Podemos tocá-los, sentir sua textura. Sentir as marcas do tempo na sua estrutura. **O patrimônio imaterial** é aquele que nos toca, tais como a musicalidade viva e intensa de Jackson do Pandeiro, tal como o exemplo de luta, de fé e esperança de Margarida Maria Alves. Este informativo contém fragmentos de um patrimônio único na Paraíba, que nasceu em Alagoa Grande. Patrimônio que precisa ser visto, discutido, analisado e contemplado nas salas de aula.

É possível compreender e estudar História, Geografia, Letras, Artes, Matemática, entre outras disciplinas, por meio da memória edificada. Podemos **olhar** as casas, edifícios públicos ou privados, mercado, escolas, lojas, entre outros, provocando reflexões em variadas perspectivas. Podemos **provocar a observação** das características estruturais, a **percepção** seu uso atual, a **compreensão** do passado e do presente guardado naquele local. O que se pode encontrar para além da pedra e cal? **Memórias, histórias, lutas e sonhos que estão além do primeiro olhar.**

É importante despertar a noção de pertencimento e para isso é importante andar pelas ruas e observar a paisagem. Questionar: Tem construções? Tem árvores? Tem praças: são bem cuidadas? Como é o piso? Como é o cotidiano das pessoas? Como é a minha casa? Os materiais de construção são antigos ou novos? Quais as edificações que mais chamam minha atenção na cidade e o por quê? As edificações são cuidadas ou abandonadas? Qual a diferença entre as edificações novas e as antigas? Suas funções anteriores e as atuais? O que é antigo? O que é moderno? O que é novo? O que é velho? Quem é Jackson do Pandeiro? Quem é Margarida Maria Alves? Estes e outros questionamentos podem nortear caminhos para identificação, preservação e valorização do que é nosso!

## Padre, Viúva & Cupim

**T**rês tristes trastes que destroem o patrimônio histórico cultural: padre (às vezes, também arcebispos), viúva e cupim. São predadores naturais dos bens móveis e imóveis, reconhecidos pelo senso comum. Diga-se, a bem da verdade, que o arcebispo dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques (1885 - 1935) em nome do progresso, permitiu que demolissem várias igrejas históricas, durante a reforma urbana da Cidade da Parahyba, na primeira metade do século XX (SILVA, Flávio): Progresso e destruição na cidade da Parahyba. João Pessoa: Ed.: Universitária - UFPB, 2009).

Assim, perdemos três obras primas do Barroco tardio (barroco tropical?): Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens (Tambiá), Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (Rua da Baixa) e Nossa Senhora da Conceição.

Esta última, segundo informação do cônego Francisco Lima, biógrafo de dom Adauto, «era vizinha do Palácio do Governo e fora demolida pelo presidente João Pessoa em comum acordo com o senhor arcebispo».

Em pleno século XXI, um certo arcebispo da Paraíba atentou contra o patrimônio histórico e cultural, de maneira violenta, permitindo a construção de uma edificação no corpus da Igreja do Carmo - um belo exemplar Barroco - Rococó, verdadeira relíquia da arte barroca na Paraíba. Notem bem: o conjunto carmelita abriga o palácio do Carmo, que é a sede do Arcebispo da Paraíba.

A meu ver, não deixa de ser uma forma de agressão: interferência no entorno imediato da igreja. Prejudicando a visibilidade da edificação histórica. Vale a pena conferir esse dano contra o patrimônio cultural.

Quanto aos desmandos praticados pelos padres das paróquias do interior do estado, não comentarei nada. Pois são centenas de casos. Todos, ou quase todos, registrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (Iphaep).

As viúvas quase sempre agem igual: não valorizam o patrimônio documental dos seus ilustres e saudosos maridos. Conheci uma que destruiu todo arquivo fotográfico do finado. Pôs tudo no lixo. E não se contentou só com isso... Destruiu uma coleção inteira de fósseis do Cretáceo, que o marido colecionara durante anos e anos.

«Os cupins, os, os, os...» disse Oswaldo de Andrade (ou foi Mário de Andrade?). Só atacam quando o bem cultural está em plena indigência, sem a devida manutenção, sem revitalização, etc. Ou seja, abandonado, entregue a própria sorte. Como, por exemplo, a maioria de nossas igrejas antigas. Ou ainda, os casarões da Rua das Trincheiras, todos situados na área de preservação rigorosa (APR) do Centro Histórico de João Pessoa.



# Theatro Santa Ignêz: descortinando sua história



**Teatro Santa Ignêz.** Disponível em: <http://rafaelrag.blogspot.com.br/2017/04/a-dupla-bob-e-amanda-de-alagoa-grande.html> Acesso em: 14 Jul. 2017

A palavra *Teatro* vem do grego *Theátron*, sendo que no latim é *Theatru*. Quando grafada em português, a vogal “U” foi substituída pela “O”. A arte de representar tem origem há aproximadamente três mil anos Antes de Cristo, vindo do berço da civilização egípcia, dos festivais anuais em consagração a Dionísio, o Deus da alegria, do vinho e da fertilidade. O teatro surge, como conhecemos até os dias de hoje, por meio das histórias escritas e atores representando papéis diante de um público em espaços construídos para tais fins. No entanto, a Grécia é o berço das peças nos gêneros tragédia e a comédia.

Na época, as mulheres não participavam das peças sendo representadas por homens. Eles usavam durante a encenação, máscara para manifestar sentimentos por meio de imitações de sons, movimento dos animais, fenômenos da natureza, comunicando-se com outros e com seus deuses em rituais de celebração. O figurino era confeccionado com pele de animais. Dançavam e recitavam cantos que eram reproduzidos pelos demais. O primeiro ator ocidental Thespis é de origem grega. Foi o primeiro a criar voz para os personagens. É o responsável pela criação da figura do ator principal numa peça, pelo estilo tragédia e a função de produtor teatral.

No Brasil, a história do Teatro tem início com a vinda da família real. Desta forma, Jesuítas apresentaram o teatro aos brasileiros – indígenas - com objetivos pedagógicos. Padre Anchieta escreveu e dirigiu peças de sua autoria utilizando o uso e costumes da cultura dos selvícolas para que o objetivo da catequese não se perdesse nesta função.

Idealizado pelo senador Apolônio Zenaíde Peregrino de Albuquerque, de acordo com Palmeira (1993, p. 41), a construção do Teatro Santa Ignêz teve início em 24 de novembro de 1902 para em 2 de janeiro de 1905 ser inaugurado. Parte do material, tal como a madeira de pinho de riga que forra o teto, foi trazido pela linha de ferro. Sua arquitetura é clássica, em estilo italiano. Construído na zona urbana do município de Alagoa Grande, na parte mais elevada das colinas, o Teatro oferece aos visitantes, e aos filhos da cidade, uma visão encantadora, proporcionada pela paisagem urbanística, destacando-se em meio aos demais casarões coloniais. De beleza arquitetônica única, sua imponência testemunha trajetória da arte em Alagoa Grande.

Em entrevista à TV cultura, apresentada em 27/04/2015 o historiador de Alagoa Grande José Avelar declarou que o idealizador do teatro com o apoio da sua família, trouxe do Rio de Janeiro uma cortina azulada com a imagem da Santa Inês, de quem era devoto, dando nome ao teatro. Daquele Estado veio o artista Genésio de Sousa que pintou o painel do proscênio. Esse foi recuperado no início da década de 1999 pela restauradora Piedade Farias.



Restauração do Teatro na década de 1990

Fonte: Acervo Pessoal da restauradora Piedade Farias

## Tombamento do Iphaep em 1979

A primeira apresentação no teatro foi uma trupe de circo, mas a fase áurea foi a da inauguração, visto que se apresentaram grupos do Estado da Paraíba, tal como da cidade de Areia, como também de outros estados como Pernambuco. Havia concerto de piano, sarau e apresentações de violinistas e bandolinistas. Nesta época o teatro não era popular, só a elite alagoagrandense o freqüentava. A população em geral só era convidada a participar em ocasiões especiais. Considerado o terceiro teatro mais antigo do estado da Paraíba, viveu apogeu e decadência. Foi palco para atores de companhias de teatro do Brasil e do exterior. No entanto, Freire (2002) nos garante que grandes companhias francesas só se apresentavam, no Brasil nos Teatros Municipais do Rio e de São Paulo, mas chegaram ao Santa Inês de Alagoa Grande.

Segundo Tanouss, (1999), o Santa Inês durante décadas, foi referência da cultura no Estado, e serviu de ponte entre Alagoa Grande e os movimentos culturais que surgiram no país. Localizado em uma área privilegiada, reunia, nas noites de espetáculos, políticos, convidados e senhores de engenho da região prósperos comerciantes decorrente da produção de açúcar, aguardente de cana, rapadura, algodão e agave.

A queda econômica contribuiu para a redução de apresentações culturais, bem como o preconceito, notadamente por parte da Igreja Católica, que acreditava que o ambiente era nocivo à formação das “moças de família.” Dessa forma, perdeu o brilho dos seus letrados, o som dos atores, das músicas e dos aplausos. A crise econômica inviabilizou a contratação de companhias de teatro que se apresentavam em Alagoa Grande. Sem conseguir manter-se, foi sendo esquecido. Posteriormente passou a ser o «Cine Santa Ignêz», mas também fracassou.

O teatro ficou abandonado, entrando em decadência. Até que em 1966, Aguinaldo Marques, liderando um grupo de jovens de Alagoa Grande, entre eles Javancy Celso e Saulo Mendonça Marques, o autor e teatrólogo Ednaldo do Egipto, o ator Alarico Correia Neto, o teatrólogo Altimar Pimentel, a atriz Nautília Mendonça, o ator Anco Márcio e o escritor e diretor de Aldemar Dantas retomaram a história do Teatro Santa Ignêz. E com a peça «O Santo e o Porco», de Ariano Suassuna, o local foi reinaugurado.

O teatro passou então por um período de ascensão, com o apoio do Juiz de Direito Amaury Ribeiro de Barros e da sua esposa Criselide de Barros, que posteriormente vieram a unir-se aos grupos Teatro de Estudantes de Campina Grande/ TEAG e Juventude Teatral de campina grande/JUTAG. "Dai em diante, pessoas ligadas ao teatro paraibano, como Ednaldo do Egipto, Altimar Pimentel, Nautília Mendonça, José Flávio e o médico campinense Adhemar Dantas passaram a colaborar, despretensiosamente, com o movimento teatral de Alagoa Grande.

Em 1972, o teatro fechou novamente. Anos depois o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba/Iphaep, ao saber que o Theatro Santa Ignêz encontrava-se em estado de degradação, solicitou providências à Prefeitura e promoveu o tombado do bem patrimonial por meio do Decreto nº 7.922 de 29/01/1979, publicado no Diário Oficial do Estado em 31 do mesmo mês e ano. No final da década de 1990, deu-se início à recuperação, que foi concluída em 27 de março de 1999.

O Teatro Santa Ignez, mantido pela Prefeitura, é atualmente um dos pontos de visita mais importantes de Alagoa Grande, quicá da Paraíba. Ao adentrar o teatro, somos convidados a uma viagem no tempo. É inquestionável a sua importância para cidade e a procura dos jovens para o estudo das artes cênicas. Atualmente, a Cia de Teatro Zoar, dirigido por Jaelson Barbosa, é o grupo mais atuante da cidade. Em sua estrutura o Theatro Santa Ignez foi construído em alvenaria, suas paredes externas suportam a estrutura da cobertura. Os camarotes e frisas são em assoalhos de madeira apoiado em colunas e nas paredes externas. O piso térreo é madeira. Coberto com telhas tipo canal em barro cozido apoiadas em ripas serradas que são apoiadas caibros roliços e apoiados em terças e frechais. Hoje é admirado por muitos visitantes, mantendo a mesma estrutura do início dos seus tempos, do começo do século XX.

## REFERÊNCIA

- TANOUSS, Carlos. *Teatro santa Inês é restaurado*. Caderno Cultura, Jornal A União 18 de março de 1999.
- EVANGELISTA, João. *Teatro Santa Ignêz abre as suas portas*. Caderno Cultura, Jornal A União 18 de abril de 1999.
- FREIRE, José Avelar. *Alagoa Grande: sua História de 1625 a 2000*. João Pessoa: A União, 2002.
- HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: 2009.
- MAGALHAES, Augusto. *História do teatro na Paraíba*. João Pessoa: Ideia, 2005.
- MALAQUIAS, Josinaldo. *Teatro Santa Ignez*. Disponível em:  
<[http://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno\\_cultura/teatro-santa-ignez-enfrentou-os-anos-e-continua-como-simbolo-cultural-de-alagoa-grande](http://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_cultura/teatro-santa-ignez-enfrentou-os-anos-e-continua-como-simbolo-cultural-de-alagoa-grande). Acesso em: 10 Jul. 2017.
- \_\_\_\_\_. *O Teatro de Alagoa Grande vai cair*. João pessoa, O norte, 04 de março de 1980.
- \_\_\_\_\_. *Teatro Santa Inêz enfrentou os anos e continua símbolo de Alagoa Grande*.
- PALMEIRA, Balila. *Teatros na Paraíba*. João Pessoa: Grafisi, 1998.

## FÓRUM PERMANENTE DE CIÊNCIA E CULTURA

Uma iniciativa do Governo do Estado da Paraíba, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - Iphaep. Com mais de uma década de atuação, se destina a ser espaço de debate, abordando temas no âmbito da Educação Patrimonial e contemplando estudantes, pesquisadores, cientistas e as mais variadas entidades públicas. Acontecem durante o ano quatro Fóruns. Este ano, em março abordou a atuação da **Mulher na sociedade** e, em junho, comemorou o **Bicentenário da Revolução de 1817**. Em setembro a discussão contemplará o **Forró enquanto patrimônio imaterial da Paraíba** e em novembro as **Religiões de Matrizes africanas**.

Este projeto tem como objetivo a **regularização da Publicidade de acordo com a normativa estadual**. A primeira cidade foi Campina Grande, mas a ação será aplicada em todas as cidades com Centros Históricos protegidos pelo Iphaep. Ao receber a determinação do Ministério Público com relação à Rua Maciel Pinheiro, em Campina Grande, o Iphaep encaminhou seus técnicos para uma vistoria e, em seguida, diante das problemáticas identificadas, ministrou para as autoridades governamentais do município, os comerciantes e a população em geral, uma Palestra educativa sobre legislação e orientação para o uso adequado das placas.

## PROJETO: AÇÃO PUBLICITÁRIA NOS CENTROS HISTÓRICOS

## NÚCLEO DE ANTROPOLOGIA VISUAL DO IPHAEP

O núcleo objetiva proporcionar formação teórica-prática referentes à competência e à atuação do Iphaep na preservação e na proteção do patrimônio histórico-cultural edificado, sobretudo no âmbito da antropologia visual. Promove um diálogo constante entre o Iphaep e sociedade civil, por meio de atividades de cunho educativo e artístico, de forma a garantir uma compreensão do trabalho realizado por este Instituto ao público. Este ano promoveu debate sobre a Cultura Cigana no mês de abril e atualmente realiza pesquisas sobre **pichação e Grafite**.

## PROJETO DE RESTAURO: IPHAEP & FUNDAÇÃO CASA DE JOSÉ AMÉRICO

Atualmente, o Iphaep em parceria com a Fundação Casa de José Américo entrega cinco Imagens restauradas pertencentes à Fazenda Acauã em Aparecida/PB.

## RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS: IPHAEP & ESTADO DA PARAÍBA

O Governo do Estado da Paraíba, com orientação técnica do Iphaep, recuperou vários imóveis pertencentes ao Estado, tais como o Lyceu Paraibano, Teatro Santa Roza, Cine São José, Escola Estadual Isabel Maria das Neves, Escola Estadual Olivina Olívia, Escola Estadual Argentina Pereira Gomes e Instituto de Educação da Paraíba - IEP.

## TERMO DE PARCERIA IPHAEP & LOJAS MUNDO DAS TINTAS

O termo de parceria entre o Iphaep e as Lojas Mundo das Tintas oferece benefício para proprietários, moradores, comerciantes e instituições dos Centros Históricos da Paraíba, por meio de desconto de 20% na compra de tintas e materiais de pintura.

## TERMO DE PARCERIA IPHAEP & PREFEITURAS

O termo de parceria entre o Iphaep e as Prefeituras de cidades paraibanas, com Centro Histórico protegido, objetiva estabelecer diálogo, tornando a gestão do patrimônio cultural dessas áreas mais eficiente, construída de forma compartilhada.

## III SEMANA DO PATRIMÔNIO

Em comemoração ao Dia Nacional do Patrimônio, dia 17 de agosto, o Iphaep promove uma semana de atividades com atendimentos, orientações e formações sobre Patrimônio Histórico entre os dias 15 e 21 de agosto de 2017 nas cidades de João Pessoa, Aparecida e Alagoa Grande.

## PROJETO ACORDO CULTURAL IPHAEP, PATRONOS, PADRINHO & MADRINHAS

O projeto teve como objetivo principal a pintura do Centro Histórico de João Pessoa referente às fachadas das edificações do largo de São Frei Pedro Gonçalves, Praça Antenor Navarro, parte inicial da Rua da Areia e a fachada da Associação Comercial. Os Patronos deste projeto foram a Empresa Cerâmica Elizabeth, Lojas Mundo das Tintas, Câmara Dirigentes de Lojistas (CDL), São Brás, Energisa, IESP Faculdades. Os Padrinhos e Madrinhas parceiros (as) foram Aberlado Jurema, Tereza Madalena, Astrid Bakke e Ricardo Castro.

## PALESTRA: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL IPHAEP & REDES DE ENSINO BÁSICO E SUPERIOR

O Iphaep atua na área de Educação Patrimonial ministrando palestras sobre Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural em escolas, universidades, instituições em geral. Além de um roteiro para as Cidades com Centro Histórico protegido, atende anualmente a pedidos das demais Secretarias de Educação e Cultura que venham a solicitar.

## IMÓVEIS TOMBADOS IPHAEP E OS CENTROS HISTÓRICOS

Os imóveis abandonados que fazem parte da área de tombamento do Centro histórico e de propriedade particular vêm sendo vistoriados. Entre eles, já existem 30 (trinta) ações civis públicas na Justiça cobrando a «preservação e manutenção do bem».

Para os demais, o Iphaep busca sempre incentivar a permanência das instituições públicas no Centro Histórico. Além disso, analisa projetos de requalificação e restauração dos imóveis, desenvolvendo projetos visando fomentar a ocupação e utilização dessas áreas da cidade.

**A LOTERIA DO ESTADO DA PARAÍBA - LOTEPE** é uma autarquia do Governo do Estado da Paraíba vinculada à Secretaria de Estado do Turismo e Desenvolvimento Econômico - SETDE, responsável pela administração, gerenciamento e fiscalização de jogos em todos os municípios do Estado.

Criada pelo então governador José Américo de Almeida, em 02 de abril de 1955, através da Lei nº 1.192 e em 1956 foi ratificada pelo presidente Juscelino Kubitschek, por intermédio do Decreto nº 40.549 de 12 de dezembro de 1956.

Sua principal missão é contribuir para as ações sociais do Governo do Estado através dos repasses dos valores provenientes da arrecadação com a venda dos produtos lotéricos, entre eles, destaca-se o Bilhete Tradicional "Sorte Sua", onde parte desses recursos é destinada à assistência social, fomento ao esporte e lazer, incentivo à cultura e a segurança pública.

Além do bilhete lotérico citado acima, outras modalidades foram implantadas na gestão atual, a exemplo do bilhete comemorativo dos "60 anos da Lotep", do "Campeonato Paraibano de Prêmios" e do "Paraíba de Prêmios".

A Lotep dentro dos seus sessenta anos de existência sempre desempenhou um importante papel para o desenvolvimento social, econômico e ambiental, oferecendo credibilidade em suas ações junto à sociedade paraibana através das contribuições às entidades de filantropia, de apoio ao esporte, cultura e lazer, na capacitação e orientação para o trabalho de jovens e adultos e na geração de oportunidades de emprego e renda. A autarquia mantém convênios com várias entidades de filantropia, como o Cendac, Casa da Criança com Câncer, Amem, entre outras.

A Loteria do Estado da Paraíba vem procurando desenvolver novas formas para a implementação de melhores práticas de Responsabilidades Sociais e Ambiental além de assumir o compromisso de estabelecer o conceito de jogo responsável que consiste no desenvolvimento de políticas e práticas voltadas para prevenir o jogo compulsivo e proteção de pessoas vulneráveis, como menores de idade, dos potenciais danos associados aos jogos lotéricos amparados pela legislação.

Atualmente a Loteria do Estado da Paraíba, além de alimentar os sonhos dos inúmeros apostadores, tem sido um importante instrumento do Governo do Estado que tem orientado suas políticas de forma integrada para a consolidação das ações sociais, visando o enfrentamento da pobreza e o provimento de condições mínimas para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos do cidadão.

Comprando o Bilhete Lotérico o cliente concorre à diversas premiações, tais como: Carros, motos, dinheiro em espécie, TVs de led, celulares, dentre outras. As vendas dos Bilhetes estão disponíveis em diversos pontos espalhados ao longo do Estado da Paraíba.